

Os caminhos das comunicações no 1º quartel do século XXI –AICEP

Alberto Souto de Miranda

Exmo Sr. Dr. Carlos Silva, Presidente da AICEP

Exmo Sr. Eng. Almeida Mota, nosso anfitrião

Exmo Sr. Prof. Vítor Gonçalves, distinto moderador deste painel

Minhas Senhoras e Meus Senhores

1.O desvendar da Bíblia.

Discorrer acerca dos caminhos das comunicações no 1º quartel do século XXI é uma proposta de altíssimo risco: ao ritmo alucinante a que as coisas têm mudado, um quartel é uma eternidade e até os profissionais das predições futuristas se reformaram já, ultrapassados sempre por uma realidade mais imaginativa e surpreendente – para o bem e para o mal, e pelos novos fazedores do tempo em que todos nos tornamos.

Na verdade, Deus todo poderoso, onnipresente e onisciente, “incumbente” da criação, deve andar inquieto com os milagres e a concorrência que a sua criatura lhe está a disputar. O mercado panteísta está mais competitivo: de facto, como os deuses, conseguimos estar em todo o lado, não saindo do mesmo lugar; estamos sempre algures na net e podemos agora até andar nas “nuvens” (“cloud computing”); temos acesso a todo o saber, comunicamos com toda a gente. A história bíblica está, pois, quase desvendada: o criador era um “googleman”, via tudo pelo “Google earth”, falava à nossa consciência por discretos “mails” ou pelo GPS, para nos indicar os caminhos do bem; tinha acesso à wikipédia e por isso era um doutor do templo e também se enganava; aparecia e volatilizava-se, como já fazemos com a telepresença; Satã, esse, era um “hacker” nas horas vagas, enfim, todos percebemos melhor agora, o episódio da Eva e da maçã: o que ela ofereceu ao Adão foi um “Apple”, claro, e com acesso a “sites” pouco recomendáveis. Foi aí que começou a perdição...

É pois temerário e demoníaco antever os caminhos das comunicações. Vou olhar para três rotas. Em primeiro lugar, vamos continuar a assistir, nos próximos dez anos a uma mutação significativa nos suportes, nas redes, na regulação. Em segundo lugar, vamos presenciar uma concomitante mutação social para-comunicacional. Em terceiro lugar, vamos assistir a uma maior partilha de humanidade.

2. Mutações comunicacionais.

Regressando ao calão do sector: a convergência de serviços e de suportes, a par com a progressão exponencial das larguras de banda está, realmente, a mudar as nossas vidas. Os “tripleplay” e “quadruplay”, com ofertas de pacotes e tarifários “bundling”, e velocidades correntes acima de 4 Mega, com 100 Mega a serem propalados com a fibra, com as redes de nova geração a moldarem a geração e expectativas de “LTE” com horizontes de serviços potencialmente ilimitados, trazem os consumidores num “frisson”, desencadeiam ajustamentos de concentração e verticalização funcional nas empresas e deixam os reguladores desnorteados.

O que fizemos em termos regulatórios, nas telecomunicações foi, por um lado, adaptarmos a nossa acção aos progressos constatados em termos concorrenciais. Regular menos e regular melhor pode ser o lema. Por outro, criar condições para a rápida implementação das redes de nova geração. De facto, a abertura dos mercados consolidou-se e a diversidade da oferta, a competitividade dos preços e a qualidade de serviço não justificam já uma regulação tão extensiva. Assim, em termos europeus passámos dos dezoito mercados relevantes para apenas sete e no mercado 5 – oferta de banda larga -, em Portugal, reconhecemos a segmentação geográfica entre zonas concorrenciais e não concorrenciais, libertando, naquelas, algumas obrigações que eram impostas ao operador histórico.

Por outro lado, assessorámos o Governo na publicação de legislação muito relevante para potenciar a chegada da fibra óptica à casa das pessoas, eliminando barreiras verticais e horizontais, obrigando à disponibilização de condutas, postes e outros equipamentos e nos concursos para a banda larga nas zonas rurais, no âmbito dos quais ela vai beneficiar dezenas de Municípios. Apraz-me registar que no terceiro trimestre deste ano, a cobertura por fibra óptica até à casa do cliente era de um quarto dos alojamentos e que a cobertura por tecnologia híbrida cabocaxial e fibra era de quase dois terços. O que não quer dizer que as pessoas estejam conectadas. Mas, há dez anos, o acesso à net era via telefone e com velocidades cem vezes inferiores.

Melhor regulação vai passar por continuar vigilante à concorrência interoperadores e criar condições para investimento célere, sem reconstituição de novos monopólios, mas, porventura, mais, agora, a uma atenção redobrada aos direitos dos consumidores, à qualidade do serviço, à gestão do espectro e ao dividendo digital, ao âmbito e ao financiamento do serviço universal e às questões da segurança das redes.

Nos próximos dez anos vamos andar com o mundo no bolso. Com os amigos, os colegas de trabalho, as notícias, os filmes, os jogos de futebol, as enciclopédias, os livros, as compras domésticas, as consultas médicas, a educação, os serviços municipais, as campanhas políticas, a televisão, as eleições, enfim, o futuro será móvel e estará ao alcance da mão.

No sector postal, três vectores dominam a agenda: em primeiro lugar, a liberalização total prevista nas Directivas europeias para o fim deste ano, depois de uma gradual abertura em função de categorias de peso e de preço; em segundo lugar, a sustentabilidade do serviço universal; em terceiro lugar e condicionando os dois primeiros, a substituição das comunicações postais pelas electrónicas, a diminuição do tráfego doméstico (cerca de 90% é de origem empresarial).

O que fizemos em termos regulatórios, além da afinação dos convénios sobre preços e qualidade de serviço, foi preparar a legislação de transposição do novo quadro europeu e assessorar o Governo na preparação do novo contrato de concessão. O desafio para os serviços postais é tremendo. Mas o operador histórico tem dado provas de notável capacidade de inovação e não obstante as aparentes adversidades civilizacionais, há um par de anos começou a entregar lucros ao accionista Estado, pela primeira vez em 500 anos e criou a auspiciosa Via CTT... Mas as tarifas vão continuar a ser uniformes ? Os correios vão poder prestar serviços financeiros ? O âmbito do serviço universal vai continuar? A tradicional cadeia de valor (recolha, tratamento, transporte e entrega) vai perdurar ou vai segmentar-se e abrir novas oportunidades de negócio no pré (segmentação por clientes e impressão) e no pós processamento (logística e pagamentos)?

O meu vaticínio é o de que nos próximos dez anos, acalmados que fiquem os mercados financeiros, os correios vão intensificar a prestação de serviços electrónicos, vão prestar serviços financeiros, vão reduzir ainda

mais os serviços de envios postais domésticos, mas, também, os empresariais e vão afirmar-se com operador logístico de distribuição de objectos que comunicam entre si através da internet.

E antevejo uma outra consequência da convergência entre a sociedade da informação e as telecomunicações, com o “driver “ da crise, esta de mais curto prazo: a fusão entre a ANACOM, a UMIC e a FCCN, eventualmente até a ERC. Nada que seja sacrilégio, a exemplo do que sucede nas Inglaterra com o Ofcom.

3. A mutação para-comunicacional

Quando a AICEP se fundou os computadores eram móveis pesados e lentos, os telemóveis ainda serviam para telefonar e deformar os casacos, a televisão ainda estava a estabilizar a câmara, ainda escrevíamos cartas uns aos outros, no auge das paixões, na despedida delas ou pelo Natal.

Hoje tudo se fundiu: serviços de voz, de dados e de imagem cohabitam em maior ou menor grau de disponibilidade nos três suportes clássicos. E novos terminais emergem já no mercado (ipad, etc). Em vez de nos escrevermos, emailamos; em vez de lermos os jornais e os comentarmos, olhamos para as notícias na net e dizemos mal nas redes sociais, em lugar de encararmos as pessoas “face to face”, vamos para o “facebook” , que dissimula, por enquanto , o perfume e o odor, o corar e o sorrir, a expressão dos gestos, as lágrimas e a raiva, acobardamo-nos em comentários anónimos nos blogs. O défice ético sempre existiu. Na aldeia de Garcia Marquez, as pichagens nas paredes sobressaltaram. Mas a impunidade e a indiferença é agora maior e contaminou os julgadores. E em lugar de as crianças estarem muito dependentes da televisão, temos uma geração netodependente, mas que deixa poucos netos.

Se muda o paradigma de as pessoas comunicarem entre si (“anytime, anywhere, anynetwork, anyservice”)- muda a organização da sociedade. A organização do trabalho e as qualificações requeridas vão ser diferentes. O teletrabalho vai crescer, as mobilidades urbanas sofrerão menos pressão. A educação e a investigação, em certos níveis voltará a beneficiar da nóvel telescola. Os serviços primários de saúde, mas também os diagnósticos e serviços de cirurgia, vencerão distâncias e dispensarão deslocações. Os serviços municipais serão cada vez mais uma

plataforma interactiva. A democracia será mais escrutinada “on line” Os bibliófilos vão andar angustiados com o fim dos livros em papel . A terceira idade estará mais telepresente, o que não quer dizer com menos solidão.

4.A maior partilha de humanidade

O fosso digital não é apenas retórica. Basta pegarmos no avião e experimentarmos um país de outras latitudes de desenvolvimento. O prover a necessidades essenciais, nalgumas zonas ainda não chegou à fase dos mínimos de dignidade. Mas como a história não é sincrónica, os focos de digital, que também registam, tornam a disparidade mais insuportável. A net permite uma janela sobre o mundo mais poderosa e menos dirigida para o politicamente correcto do que a velha televisão. A homogeneização de valores, de metas de bem estar material e de padrões de cultura agudiza a frustração de quem está privado de as atingir. A net é um poderoso indutor de globalização. Somos todos subscritores do mesmo canal. Conectados somos cada vez cada vez mais. Em rede, realmente social, que socialize, não tenho tanta certeza. A questão está em saber até que ponto é que a despeito da crise, o mercado ou políticas públicas mais voluntaristas (de alocação do dividendo digital ao móvel, de disseminação de computadores portáteis para os jovens) conseguem contrariar a assimetria no acesso. Como homens cidadãos do mundo é esse o nosso dever. Perpetuar guetos de infoexclusão é um desvalor ético a que não nos podemos resignar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Esta é a geração que partilha em simultâneo, mais informação, conhecimento e emoções do que qualquer outra na História da Humanidade. É isso que faz de nós um geração privilegiada. É isso que faz de nós uma geração de responsabilidade essencial. Porque a História também ensina que nem sempre o progresso tecnológico trouxe para a Humanidade ganhos de humanismo. E é isso que nos deve preocupar.

Lisboa, 16 de Novembro de 2010
Alberto Souto de Miranda